

# **A Experiência de Desemprego Involuntário dos Ex-Trabalhadores dos Estaleiros de Construção Naval de Viana do Castelo: Recomendações para a Política Social<sup>1</sup>**

## **The Experience of Involuntary Unemployment of Ex-Workers from Viana Do Castelo Shipyard: Recommendations for Social Policy**

**Raquel Gonçalves**

*raquelg@ese.ipv.pt*

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Escola Superior de Educação

**Rosária Ramos**

*rrosamos@iscsp.ulisboa.pt*

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa  
Centro de Administração e Políticas Públicas

**Alexandra Lopes**

*aslopes@letras.up.pt*

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Sociologia

### **Resumo/Abstract**

O desemprego é hoje uma realidade incontornável, particularmente nas sociedades ocidentais contemporâneas. As suas consequências são tendencialmente negativas e, no caso dos indivíduos com 55 ou mais anos, particularmente graves.

Com o objetivo de compreender a experiência de desemprego involuntário de um grupo de ex-trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (Portugal), atendendo a este contexto socioeconómico e territorial específico, desenvolveu-se um estudo misto que incluiu 115 inquéritos por questionário e 10 entrevistas semi-estruturadas.

Os resultados evidenciaram uma diversidade de trajetórias individuais e profissionais, sendo que

Today, the unemployment is an unavoidable reality, particularly in contemporary western societies. Its consequences tend to be negative and, in the case of individuals aged 55 and over, particularly severe.

In order to understand the experience of involuntary unemployment of a group of former workers from the Viana do Castelo Shipyards (Portugal), taking into account this specific socio-economic and territorial context, a mixed study was conducted which included 115 questionnaire surveys and 10 semi-structured interviews.

The results showed a diversity of individual and professional trajectories, and the Age factor seems to be associated with the most adverse

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada sob a forma de comunicação oral no 1º Congresso Internacional Comunidades Envelhecidas Desafios para o Desenvolvimento, organizado pela Unidade de Investigação Interdisciplinar – Comunidades Envelhecidas Funcionais - Age.Comm do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

o fator Idade parece estar associado aos efeitos mais adversos, quer relativamente à experiência de desemprego, quer à probabilidade de reingresso no mercado de trabalho.

Do ponto de vista da Política Social, esta evidência sugere a necessidade de medidas que contribuam para uma maior equidade na gestão da condição de desempregado.

*Palavras-chave:* Envelhecimento; Desemprego; Política Social.

*Código JEL:* J64; J65; J68.

## 1. INTRODUÇÃO

Dois fenómenos marcam claramente as sociedades ocidentais contemporâneas no século XXI: o envelhecimento demográfico e o desemprego. Quanto ao envelhecimento, a Europa é atualmente um continente envelhecido. De acordo com dados publicados pela Organização das Nações Unidas (2019), mais de metade dos idosos reside no continente Asiático. No entanto, é no continente Europeu que a proporção de idosos (em relação à população total) é mais elevada. Portugal é, aliás, um dos países mais envelhecidos da Europa. De acordo com os dados dos Censos de 2011, em aproximadamente 50 anos, o índice de envelhecimento aumentou 100% (de 27,3% em 1960 para 127,8% em 2011). O Instituto Nacional de Estatística (2017) prevê ainda que, entre 2015 e 2080, a população residente em Portugal passe dos atuais 10,3 para 7,5 milhões de pessoas, ficando abaixo do limiar de 10 milhões em 2031. O número de jovens diminuirá de 1,5 para 0,9 milhões e o número de idosos passará de 2,1 para 2,8 milhões, pelo que em 2080 haverá 317 idosos por cada 100 jovens. Para além disso, a população em idade ativa diminuirá de 6,7 para 3,8 milhões de pessoas o que contribuirá para que o índice de sustentabilidade (quociente entre o número de pessoas com idades entre 15 e 64 anos e o número de pessoas com 65 e mais anos) diminua de forma acentuada.

Este cenário repete-se um pouco por toda a Europa e tem diversas implicações no modo de funcionamento dos Estados-Providência, desde a área da saúde, proteção social, habitação, procura de bens e serviços, estrutura familiar, laços inter-relacionais, e também no mercado de trabalho. Por sua vez, os processos de rees-

effects, both regarding the experience of unemployment and the probability of reentry into the labor market.

From the Social Policy perspective, this evidence suggests the need for policies that contribute to a greater equity in the management of the unemployment.

*Keywords:* Aging; Unemployment; Social Policy.

*JEL Code:*; J64; J65; J68.

truturação industrial decorrentes da transformação para uma economia de serviços e as crises, mais ou menos profundas, que se têm vindo a registar ciclicamente no sistema económico-financeiro têm contribuído para as elevadas taxas de desemprego registadas nos últimos anos na Europa.

Em Portugal, a evolução da taxa de desemprego entre 2001 e 2013 ficou marcada por um aumento progressivo, embora a partir desta data pareça ter iniciado um ciclo em sentido contrário, em linha com a tendência europeia no mesmo período. No entanto, de acordo com informação proveniente do Eurostat e do Inquérito ao Emprego dos Institutos Nacionais de Estatística, desde 2007 que a taxa de desemprego em Portugal é sistematicamente superior à média da UE-28 (Pordata, 2020).

Para além disso, quando se analisam os dados relativos à taxa de desemprego por grupo etário em Portugal, observam-se claramente enormes disparidades. De uma forma geral, a taxa de desemprego relativa à população mais jovem (até aos 25 anos de idade) distancia-se claramente das outras faixas etárias, todavia a taxa de desemprego dos indivíduos mais velhos (com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos) tornou-se a partir de 2014 superior à dos indivíduos com idades entre os 25 e os 54 anos de idade, o que nunca tinha acontecido em Portugal - pelo menos desde a década de 80 do século passado. Tal facto justifica que se incida sobre o desemprego das pessoas desta faixa etária.

Estes pesados números do desemprego tornam-se tanto ou mais preocupantes tendo em consideração as conhecidas fragilidades estruturais do sistema público português de proteção social (Marçano, 2013) e sabendo também que

o desemprego não pode ser considerado como uma condição homogénea, mas antes como um fenómeno que ocorre em contexto. Ou seja, tal como referem Gallie e Paugam (2000), dependendo das estruturas económicas, sociais e políticas particulares de cada país e de cada região, o desemprego apresentará naturalmente diferentes dinâmicas.

No caso da Região Norte do país, a população desempregada em 2019 foi de 67,7 milhares de pessoas, o que representa aproximadamente 40% da população total desempregada em Portugal Continental (175,7 milhares). Pensando particularmente na região Minho-lima, o anúncio da privatização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) em 2014 e o consequente despedimento dos mais de 600 trabalhadores foi recebido com grande preocupação e perplexidade. Os ENVC desde sempre foram considerados o ‘coração’ de Viana, pela dinâmica social e económica que conferiam à cidade, pelo número de postos de trabalho diretos e indiretos que criava e pelo envolvimento comunitário construído ao longo de mais de meio século. Tal como foi assumido pelo Presidente da União das Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela (Ramos, 2016: 6), os ENVC, aquando da sua edificação em 1944, fizeram acreditar a cidade que esta poderia contar com uma unidade industrial que iria contribuir para o desenvolvimento que Viana do Castelo precisava. E de facto, não só não pararam de crescer nos anos seguintes como se tornaram num polo dinamizador do progresso da região. Aliás, na década de 50 esta empresa era já responsável por “mais de 25% do emprego e dos salários pagos no distrito de Viana do Castelo”.

A par deste contributo para a criação de riqueza, os ENVC foram-se tornando ao longo dos anos como uma unidade industrial de relevo no sector da construção naval – não só a nível local ou nacional, mas também internacional. Não é, portanto, inesperado que a história dos ENVC se construa e se cruze com a história das gentes vianenses.

Tratava-se do maior Estaleiro de construção naval de Portugal e um dos maiores da face ocidental da Europa, tendo sido criado em 1944 por incentivo do Governo. Após várias alterações em termos do estatuto jurídico e propriedade e no seguimento de um processo de *lay-off* em 2011, dois anos depois os ENVC foram adjudicados à *Martifer Energy Systems*, através da sua nova subsidiária *West Sea* - Estaleiros Navais,

Lda. Assim, entre 2013 e 2014, os mais de 600 trabalhadores foram sendo convidados a aderir ao plano social com vista à rescisão amigável dos contratos de trabalho. Apesar dos esforços para evitar o despedimento dos trabalhadores, depois de quase 70 anos de atividade, os ENVC deixaram de existir (Ramos, 2016). No entanto, para as várias centenas de trabalhadores que laboravam diariamente neste local, as mudanças não terminaram, pois foi necessário lidar com a situação de desemprego.

Deste modo, conscientes de que o desemprego involuntário é, hoje, um fenómeno estrutural e desestruturante e que o número de desempregados tem aumentado significativamente, acreditamos, tal como referido por Almeida, Santos, Albuquerque e Ferreira (2013), que não é possível aceitar a sua transversalidade nas sociedades contemporâneas sem exigir um apoio sistemático e integrado que permita oferecer aos desempregados as condições necessárias para o sucesso na reintegração no mercado de trabalho.

Neste sentido, o presente estudo procurou compreender a experiência de desemprego involuntário dos ex-trabalhadores dos ENVC atendendo ao contexto socioeconómico e territorial específico de Viana do Castelo.

## **2. ENVELHECIMENTO E DESEMPREGO: FENÓMENOS DE ELÉVADA HETEROGENEIDADE**

As elevadas taxas de desemprego, aliadas ao envelhecimento demográfico e ao consequente envelhecimento da mão-de-obra, tornam-se ainda mais preocupantes atendendo às conhecidas fragilidades estruturais do sistema público português de proteção social (Marçano, 2013) e sabendo também que nenhum dos fenómenos pode ser considerado como uma condição homogénea. Ao invés disso, ambos ocorrem em contexto e, portanto, a sua vivência depende das trajetórias de vida e experiências, únicas e irredutíveis, de cada um. Dito de outro modo, o envelhecimento demográfico está naturalmente associado ao processo de envelhecimento individual que, envolvendo um conjunto de alterações biológicas, psicológicas e sociais (Cavanaugh & Blanchard-Fields, 2006), se reflete no envelhecimento da população. Por sua vez, o desemprego é também marcado por uma grande heterogeneidade de situações e experiências que fazem com que cada indivíduo o vivencie de forma diferente (Duarte, 1998; Gallie &

Paugam, 2002; Kunz, 2004; Baumann, 2015a,b; Gonçalves, 2019). De igual modo, tal como referem Gallie e Paugam (2000), o desemprego apresentará também diferentes dinâmicas dependendo das estruturas económicas, sociais e políticas particulares de cada país e de cada região.

O desemprego constitui-se de facto como um fenómeno complexo e multiforme (Paugam, 2003) e, como tal, é acompanhado por diversas diferenças individuais e sociais. Estas diferenças na forma como cada indivíduo experiencia a situação de desemprego e desenvolve estratégias para lidar com o mesmo podem relacionar-se com diversos fatores – desde características individuais, variáveis associadas ao percurso profissional ou características do contexto (local) em que a experiência de desemprego é vivida.

No que diz respeito às características individuais, a idade tem sido considerada como um elemento fraturante em termos do reingresso no mercado de trabalho. São vários os estudos que sugerem que os trabalhadores mais velhos enfrentam dificuldades acrescidas para encontrar um novo emprego e isso pode naturalmente influenciar a forma como se experiencia a condição de desempregado (Chan & Stevens, 2001; Farber, 2005; Centeno, Centeno & Novo, 2008; Jolkkonen, Koistinen & Kurvinen, 2012; Bauman, 2015a,b). Para além das já referidas questões associadas ao bem-estar psicológico, a investigação aponta também consequências mais objetivas, tais como a saúde física (Brugianvini, Padula, Pasini, & Peracchi, 2011; Wanberg, 2012).

Chan e Stevens (2001) verificaram que, nos EUA, a taxa de reingresso no mercado de trabalho diminuía aos 56 anos (-5%) e era particularmente reduzida aos 60 anos (-30%). Também Farber (2005), a partir de dados do *Displaced Worker Survey* (1984-1996) constatou que, em comparação com os indivíduos mais jovens (25-34 anos), os trabalhadores de meia-idade (45-54 anos) apresentavam uma taxa de reemprego 5% mais baixa e os mais velhos (55-64 anos) cerca de 19% mais reduzida. Em Portugal, Centeno e colaboradores (2008), analisando os obstáculos com que os desempregados de meia-idade se confrontam no processo de reingresso no mercado de emprego, verificaram que os fatores com maior impacto eram a idade, escolaridade e nível de qualificação/especialização profissional. Também na Europa os resultados parecem corroborar esta tendência. Jolkkonen e cola-

boradores (2012) verificaram que os desempregados com 50 ou mais anos tinham perspetivas de reemprego substancialmente menores, cerca de um terço, do que os indivíduos com menos de 35 anos sugerindo, portanto, que a idade era o fator com o efeito mais adverso na procura de emprego. Além disso, os trabalhadores mais velhos tendem a experienciar períodos de desemprego maiores do que os trabalhadores mais jovens, o que pode criar um efeito duplamente perverso para o primeiro grupo (Flückiger, 2002). Esta dificuldade acrescida em regressar ao mercado de trabalho pode dever-se, em parte, ao modo de funcionamento de algumas organizações que tendem a privilegiar a contratação de trabalhadores mais jovens. Segundo Daniel e Heywood (2007), esta opção tem que ver frequentemente com políticas salariais, na medida em que os mais jovens tendem a auferir salários mais reduzidos pois encontram-se numa fase inicial do seu percurso profissional, e/ou de valorização dos Recursos Humanos, atendendo a que o retorno do investimento feito em termos de formação no local do trabalho é tendencialmente maior com os trabalhadores mais jovens.

Um outro aspeto que pode ajudar a explicar as menores perspetivas de reingresso dos trabalhadores mais velhos é o efeito de coorte. No que diz respeito à escolaridade, os trabalhadores mais jovens são normalmente mais especializados do que os mais velhos e finalizaram a sua formação há menos tempo, sugerindo maior flexibilidade e facilidade de adaptação às exigências e tecnologias utilizadas no contexto profissional (Cha & Morgan, 2010). Em termos étários, Wrenn e Maurer (2004) sugerem que os estereótipos associados ao envelhecimento podem ditar comportamentos discriminatórios do ponto de vista dos processos de recrutamento e seleção. Isto é, a ideia de que os mais velhos são menos produtivos, menos flexíveis, mais sujeitos a lesões ou doenças pode influenciar o potencial de empregabilidade dos trabalhadores mais velhos. Stenner, McFarquhar e Bowling (2011) esclarecem, no entanto, que ainda que o desempenho possa diminuir com a idade, em termos de velocidade ou agilidade nas tarefas, os trabalhadores mais velhos são capazes de compensar essa perda com a sua experiência e conhecimento, pelo que continuam a ser profissionais capazes.

Além disso, a literatura tem sido consistente ao demonstrar que também a escolaridade é um fator importante, assumindo-se que maiores habilitações académicas potenciam as hipóteses

de reintegração no mercado de trabalho (Fallick, 1993). Isto porque, do ponto de vista do empregador, estas competências sugerem que o indivíduo é produtivo, motivado, disciplinado e capaz de aprender rapidamente (Sauer, Thomas-Hunt & Morris, 2010). Ou seja, no entender de Jackson, Goldthorpe e Mills (2005), além de representarem competências específicas do candidato, são também indicadores de outras atitudes consideradas desejáveis. Também Oesch e Menes (2011) e Oesch (2013) sugerem que os trabalhadores mais especializados e com habilitações superiores têm maior probabilidade de reintegrar o mercado de trabalho.

No que diz respeito ao percurso profissional dos indivíduos, esta relação entre escolaridade e experiência profissional/idade reforça a ideia de que trabalhadores mais velhos e, conseqüentemente, com maior antiguidade no mercado de trabalho podem experienciar períodos de desemprego mais longos conduzindo por vezes a situações de reforma antecipada (Pestana, 2003). Uma análise comparativa dos países da Comunidade Europeia relativamente à discriminação etária dos trabalhadores mais velhos foi efetuada por Drury em 1993, tendo verificado que a discriminação etária existe efetivamente e se expressa essencialmente em quatro dimensões: perda prematura do emprego, dificuldades no recrutamento e no reingresso no mercado de trabalho, exclusão na formação profissional e transição para a inatividade.

Em Portugal, tal como refere Fernandes (2007), são frequentes os movimentos entre a inatividade e o desemprego e entre a inatividade e o emprego uma vez que o desemprego tende a prolongar-se no caso dos trabalhadores mais velhos e muitos dos desempregados optam ou aceitam a passagem definitiva à inatividade, dados os obstáculos de regresso ao emprego. A este propósito, a literatura sugere essencialmente duas explicações para a transição dos trabalhadores mais velhos para uma situação de reforma antecipada. Por um lado, existem fatores de pressão (*push factors*) que fazem com que os indivíduos que não conseguem reingressar no mercado de trabalho optem frequentemente por esta alternativa (Chan & Stevens, 2001; Desmet, Jousten & Perelman, 2005; Ichino, Schwerdt, Winter-Ebmer & Zweimüller, 2007; Kenny & Rossiter, 2018). Um estudo realizado por Dorn e Sousa-Poza (2010) com recurso a uma comparação entre os países da OCDE registou uma associação positiva entre a taxa de desemprego e a proporção de trabalhadores que

se aposentam antecipadamente. Por outro lado, existem os mecanismos de atração (*pull mechanisms*) que dizem respeito a medidas governamentais, como sendo o incentivo à reforma antecipada sem penalizações, que podem incentivar os indivíduos a saírem do mercado de trabalho antes da idade legal de reforma (Kenny & Rossiter, 2018).

Existem ainda fatores contextuais que podem facilitar ou limitar as perspetivas de reemprego dos trabalhadores (Clemens, Boyle & Popham, 2009; Heponiemi, Elovainio, Manderbacka, Aalto, Kivimäki, & Keskimäki, 2007; Lindström, Ali & Rosvall, 2012). De entre eles, a taxa de desemprego no momento da perda de emprego é crucial pois quanto maior a taxa de desemprego, menor a oferta de trabalho. Esta dinâmica conduz a uma maior concorrência entre os candidatos a emprego e resulta, inevitavelmente, em períodos de desemprego mais longos. A este propósito, Kletzer e Fairlie (2003) verificaram que os ex-trabalhadores de meia-idade do sector industrial tinham mais 20% de probabilidade de reemprego num período de expansão económica do que num período de recessão (analisado entre 1981 e 1996). Também Eliason e Storrie (2003) e Appelqvist (2007) apresentam conclusões neste sentido ao demonstrar que os trabalhadores experienciaram mais dificuldades quando perderam o emprego durante a recessão do início da década de 1990 do que em situações mais favoráveis no final das décadas de 1980 e 1990.

Um outro aspeto importante diz respeito ao modo como os sistemas públicos de proteção social estão organizados, particularmente em termos da legislação no âmbito da proteção ao emprego e do acesso às pensões de reforma, bem como em termos das medidas de apoio face ao desemprego. Em Portugal, as prestações de desemprego não cobrem o universo dos desempregados, uma vez que há desempregados sem subsídio de desemprego e as prestações de desemprego são, por vezes, insuficientes face às necessidades sociais decorrentes da perda do emprego. Além disso, as políticas ativas de emprego nem sempre têm resultados satisfatórios (Hespanha & Carapinheiro, 2001). Sobre este assunto, Gallie e Paugam (2000) propõem que as características do Estado social (dimensão política), das proteções de proximidade existentes (dimensão social) e do Mercado (dimensão económica) marcam a heterogeneidade das experiências de desemprego à escala mundial uma vez que a relação entre estas três dimensões é

distinta em cada um dos países. Deste modo, os autores sugerem que o desemprego deve ser analisado atendendo às estruturas económicas, sociais e políticas de cada país.

Em Portugal, de acordo com Araújo (2006), a ação do Estado-providência é limitada, abrange um número reduzido de beneficiários, investe de forma insipiente em políticas ativas de emprego e as prestações são relativamente baixas. Estas características conduzem, no entender de Gallie e Paugam (2000), a uma maior probabilidade de os desempregados se confrontarem com dificuldades económicas graves e de o desemprego se prolongar durante mais tempo. Em termos das proteções societais - solidariedades familiares e de proximidade - Gallie e Paugam (2000) sugerem que as lacunas da proteção social deixadas por um regime sub-protector são tendencialmente compensadas pela ação de uma sociedade-providência forte. A manutenção do modelo tradicional de família pode ter conduzido a um cenário em que esta se assume como o principal mecanismo de providência, quer face ao apoio insuficiente por parte do Estado-Providência, quer face às eventuais falhas do Mercado. Com efeito, Hespanha e Carapinheiro (2001) e Eliason (2011) constataram que, sem que se estabeleça uma relação causal, nos países em que existe uma maior abrangência das políticas sociais, a dependência em relação à família é mais ténue e nos países onde estas políticas são mais restritivas ou menos generosas, acentua-se a dependência relativamente à família. Deste modo, a proteção privada atua como um mecanismo de compensação e reforça a dependência familiar, particularmente nos países onde os níveis de proteção pública são mais reduzidos – como é o caso de Portugal. Esta relação pode, segundo Góis (2012), tornar-se particularmente problemática quando as famílias se defrontam com dificuldades para assegurar proteção aos seus membros, pois o reingresso no mercado de trabalho pode tornar-se mais difícil e as situações de dependência mais agudas.

Este aspeto agudizou-se com as alterações na estrutura das famílias portuguesas nas últimas décadas, bem como à sua efetiva incapacidade para prestarem apoio económico/material e afetivo aos desempregados (Wall, 2005; Vasconcelos, 2005; Silva, 2012). Partindo da hipótese de que a natureza da estrutura familiar terá efeitos decisivos ao nível da proteção dos desempregados, Gallie e Paugam (2000) alertam para o facto de que o enfraquecimento ou rutura com as redes sociais de apoio pode conduzir ao

isolamento dos indivíduos e, consequentemente, dificultar o acesso a diversas formas de apoio (apoio financeiro, apoio emocional, informação sobre oportunidades de emprego) e reforçar o processo de marginalização do mercado de trabalho.

Por fim, o terceiro elemento a ter em consideração é o Mercado e, muito particularmente a situação de crise *versus* prosperidade económica vivida no país. Como já foi referido acima, este é um aspeto com particular influência nas perspetivas de reingresso no mercado de trabalho (Kletzer, 2001; Eliason & Storrie, 2003; Appelqvist, 2007; Lindström et al., 2012). As atividades de substituição – que assumem o lugar ocupado pelo Mercado no modelo de Gallie e Paugam (2000) – permitem olhar para o lado ativo dos desempregados, sendo por isso de grande interesse. Araújo (2006) sugere que estas atividades dizem respeito a tarefas que se podem articular com o Mercado, com o Estado-Providência e inclusivamente com a chamada Sociedade-Providência (redes de apoio social). São, segundo o autor, atividades que se podem realizar à margem do mercado de trabalho, que anteriormente eram desenvolvidas em paralelo com a atividade principal e/ou com a prestação de serviços dentro e fora do agregado familiar, e que são desenvolvidas com a finalidade de regressar ao mercado de trabalho.

Os indivíduos mais velhos acumulam uma série de desvantagens que limitam a sua empregabilidade. A idade, juntamente com os baixos níveis de escolaridade, a sobre-especialização, a dificuldade de reconversão, entre outros fatores são frequentemente apontados como elementos intrínsecos de vulnerabilidade. Quando conjugados com fatores de vulnerabilidade extrínsecos, tais como taxas de desemprego elevadas ou estagnação do mercado de trabalho, quer em termos locais e do sector de origem, quer em termos (inter)nacionais, os fatores intrínsecos de vulnerabilidade induzem dificuldades acrescidas em termos do reingresso no mercado de trabalho.

Para além disso, não raras vezes a história industrial local cruza-se com as histórias pessoais das suas gentes, pelo que a fragilização da atividade económica se traduz frequentemente na fragilização das condições de vida de determinados segmentos da população. É nesta relação que o universo de oportunidades contidas no espaço onde o desemprego é vivido se reveste de particular importância, pois o regresso ao mercado de trabalho nas mesmas condições

em que se saiu vai-se tornando cada vez mais difícil à medida que o período do desemprego se prolonga (Creed & Watson, 2003). Neste sentido, as características dos indivíduos e das suas trajetórias profissionais podem agir cumulativamente e de forma interativa como vantagens ou desvantagens acumuladas (Hutchison, 2010).

Naturalmente que a experiência de desemprego não é homogénea. Pelo contrário, trata-se de um evento de vida com consequências diversas – para o indivíduo, família e sociedade – pelo que se entende que os desempregados deveriam ter uma voz mais ativa nas decisões públicas no domínio das políticas de apoio ao emprego e ao empreendedorismo. Esta posição é também defendida por Almeida e colaboradores (2013) que sugerem que estas decisões deveriam ser efetivamente contextualizadas num quadro multidisciplinar de intervenção social – desde o direito constitucional ao trabalho até às estratégias de promoção do crescimento económico conducentes à plena realização da cidadania.

Nesta linha, é fundamental salientar que, à altura da privatização dos ENVC e do despedimento dos seus trabalhadores, uma parte significativa destes se encontrava na meia-idade e partilhava uma única experiência profissional – não raras vezes de duração superior a 20 e 30 anos, pelo que a perda de emprego, nesta condição e contexto particulares, se reveste naturalmente de características próprias que importa analisar e discutir, particularmente do ponto de vista da Política Social.

### 3. MÉTODO

#### 3.1 Participantes

O presente estudo, de natureza mista, organizou-se em duas fases. Na primeira fase, quantitativa, participam 115 ex-trabalhadores dos ENVC (19% do universo do estudo – 609 ex-trabalhadores) e na segunda fase, qualitativa, participaram 10 indivíduos (9% da amostra do estudo quantitativo).

Relativamente ao estudo quantitativo, não tendo sido definidos fatores de inclusão na seleção dos participantes para além do facto de terem ficado desempregados aquando do encerramento dos ENVC (independentemente de, no momento da recolha de dados, continuarem desempregados ou terem iniciado nova atividade profissional), o inquérito por questionário foi aplicado entre maio de 2016 e janeiro de 2017.

Tal como se pode observar no quadro 1, dos 115 participantes, 59 encontravam-se empregados no momento da recolha de dados (51%) e 56 permaneciam desempregados (49%). A amostra é constituída por indivíduos com idades compreendidas entre os 26 e os 67 anos (no momento da perda de emprego;  $M=48,19$ ;  $dp=10,65$ ), sendo maioritariamente do sexo masculino (95,7%). Em termos de habilitações literárias, a maior parte dos inquiridos estudou até ao segundo ciclo do Ensino Básico (38,3%), sendo também expressiva a proporção dos que completaram o Ensino Secundário (36,5%).

**Quadro 1. Caracterização dos participantes do estudo quantitativo em função da situação profissional**

Características	Situação profissional				Total N=115	
	Empregado n=59		Desempregado n=56			
	n	%	n	%	N	%
Idade no momento da perda de emprego M (dp)	41,39 (9,38)		55,36 (6,36)		48,19 (10,65)	
Min-Máx	26-63		31-67		26-67	
Género (% de homens)	58	98,3	52	92,9	110	95,7
Escolaridade no momento da perda de emprego						
1-4º ano (primário)	--	--	8	14,3	8	7,0
5-6º ano (preparatório, telescola ou antigo 2º ano do Liceu)	8	13,6	8	14,3	16	13,9
7-9º ano (antigo 5º ano do Liceu)	22	37,3	22	39,3	44	38,3
10-12º ano (ou equivalente com cursos de índole profissional)	25	42,4	17	30,4	42	36,5
Ensino Superior (bacharelato, licenciatura)	3	5,1	1	1,8	4	3,5
Formação Pós-graduada	1	1,7	--	--	1	0,9

Dos inquiridos nesta primeira fase do estudo, foram selecionados alguns em função de uma análise preliminar dos dados decorrentes da aplicação do inquérito por questionário, permitindo identificar “casos-tipo”. Sempre que os dados (nome, email e/ou contacto telefónico) dos inquiridos correspondentes a estes casos selecionados tivessem sido disponibilizados pelos participantes, os mesmos eram utilizados para solicitar a sua colaboração na segunda fase do estudo – qualitativa. Assim sendo, a recolha de dados com base na entrevista semiestruturada realizou-se entre novembro de 2016 e julho de 2017.

## 3.2 Instrumentos

### 3.2.1 Inquérito por Questionário

O questionário foi composto por vários módulos de avaliação que incluíram a recolha de dados sociodemográficos, familiares, profissionais, estruturação do tempo, estratégias de  *coping*  utilizadas para lidar com a perda de emprego, qualidade de vida e satisfação com a vida.

A maioria das questões apresentadas neste questionário eram do tipo fechada, ora sob a forma de escolha múltipla, ora de resposta única. Numa tentativa de construir uma estrutura de dados quasi-longitudinal, na linha do sugerido por Hardt e Rutter (2004), foram recolhidas informações de modo retrospectivo sobre alguns domínios de investigação, ou seja, em algumas das questões optou-se por diferenciar a situação antes da perda de emprego e a situação no momento da recolha de dados para que se pudessem assinalar eventuais mudanças intraindividuais e/ou alterações das circunstâncias de vida avaliadas.

### 3.2.2 Entrevista semiestruturada

A entrevista semiestruturada foi construída a partir de uma análise preliminar dos resultados obtidos com o inquérito por questionário, na medida em que esta tinha como finalidade aprofundar alguns dos aspetos abordados no mesmo, bem como outros que se consideraram relevantes. O objetivo das entrevistas consistiu em conhecer e compreender as experiências de vida dos participantes do estudo, particularmente a sua experiência (de emprego e desemprego) associada aos ENVC. Deste modo, também na entrevista semiestruturada se procurou recolher

dados de forma retrospectiva (Hardt & Rutter, 2004).

### 3.2.3 Procedimentos

Em termos dos procedimentos de aplicação dos inquéritos por questionário, a maior parte dos mesmos foi hétero-administrada, ou seja, o investigador questionou, questão a questão, os participantes. Esta opção, apesar de prolongar o período necessário para a recolha de dados, permitiu minimizar o número de inquéritos incompletos. Para a análise dos dados foi utilizado o programa de análise estatística *IBM Statistical Package for Social Sciences* (SPSS - versão 20.0).

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas junto dos participantes identificados como “casos-tipo” na análise preliminar dos dados quantitativos que se disponibilizaram para esta fase da recolha de dados, sendo que a duração das entrevistas variou entre os 20 e 45 minutos. No que diz respeito à análise dos dados, foi utilizado o programa N-Vivo 10 e, em termos de exploração dos dados recolhidos, optou-se por uma análise de verificação (indutiva) na medida em que a análise de conteúdo serviu para verificar/aprofundar os dados quantitativos previamente recolhidos e analisados (Carmo & Ferreira, 2008).

## 4. RESULTADOS

Atendendo ao objetivo do presente estudo, compreender a experiência de desemprego involuntário dos ex-trabalhadores dos ENVC atendendo ao contexto socioeconómico e territorial específico de Viana do Castelo, verificamos que a maioria dos inquiridos (77%) aceitou as condições propostas pela empresa e o contrato foi cessado por mútuo acordo. No entanto, a gestão da notícia e a reorganização das suas vidas face à nova condição, a de desempregado, não se revelou livre de dificuldades. No discurso dos participantes sobressaem recordações de sentimentos negativos, nomeadamente de tristeza, receio e preocupação relativamente ao futuro, frustração, ansiedade, mas também de revolta e desamparo.

Face aos esforços empreendidos para evitar o encerramento dos ENVC, tais como as manifestações realizadas na cidade de Viana do Castelo e em Lisboa, junto à Assembleia da República, entre o final do ano de 2013 e o ano de 2018 ou as diversas solicitações de audiências



com o Governo vigente por parte da comissão de trabalhadores, os sentimentos dominantes entre os ex-trabalhadores dos ENVC entrevistados eram essencialmente de “frustração” porque se iniciaram “tantas lutas e tantas (...) e afinal não adiantou de nada, que acabamos por ser vendidos..” (participante 6) e de revolta: “Senti uma revolta enorme, uma revolta no meu coração. Senti-me muito mal. Foram muitos anos a trabalhar nos estaleiros e depois saber assim que ia ser despedido, foi um choque para mim.” (participante 3)

Estes sentimentos são o reflexo da situação em que os indivíduos se encontraram, isto é, o encerramento da empresa – apesar de anunciado – parecia uma realidade distante e com reduzida probabilidade de se materializar, pelo que a notícia veio desestabilizar a sua realidade, de uma forma absolutamente sem precedentes. Nas suas palavras:

Nós já ouvíamos que os estaleiros iam fechar há já algum tempo, e não pense que estava preparado para ouvir isso, pelo contrário, achava que eram rumores e que ao ver o trabalho que tínhamos, que aquilo não iria realmente fechar, pois eram muitos trabalhadores, eram muitas famílias que dependiam daquele trabalho e então quando caí na realidade senti-me perdido. Pensei logo na minha família como é que os ia sustentar, pensei logo que dali para a frente viriam tempos difíceis. (participante 4)

Esta situação teve consequências diretas não só no momento presente das suas vidas, mas também no futuro, pois este não era, claramente, um cenário esperado. Os seus projetos de vida consistiam em manter esta atividade profissional até à idade da reforma, tal como outras gerações o fizeram antes deles. Os sentimentos de tristeza, incerteza, angústia e pânico marcam, por isso, profundamente o discurso dos participantes quando se referem ao momento em que receberam a notícia: “Senti-me muito triste. Muito triste.” (participante 5); “O meu pensamento foi um pouco de tristeza e ao mesmo tempo de pânico.” (participante 8); “Tristeza. Tristeza e muita incerteza, foram momentos de alguma angústia e que nos levou na altura a pensar e repensar muito bem qual seria o nosso futuro.” (participante 9); “Senti uma tristeza, senti uma tristeza mesmo. Senti. Vi mesmo que aquilo realmente ia fechar e senti, senti tristeza. Foi uma grande pena.” (participante 10); “Mas eu, quando foi a notícia de que vínhamos embora, acho que foi uma experiência do que é o

desemprego. Está a ver? O impacto!” (participante 1).

No momento da recolha de dados (passados aproximadamente dois anos após a perda de emprego), alguns não tinham ainda “capacidade nenhuma para aceitar a situação” (participante 3) pois se lembravam “todos os dias dos Estaleiros” (participante 1).

Uma outra questão que marcava o discurso dos participantes era a questão da idade. De uma forma geral, os entrevistados consideravam que os trabalhadores mais velhos – precisamente pela sua idade – experienciavam desvantagens acrescidas face ao mercado de trabalho. Muitos dos ex-trabalhadores dos ENVC tinham à época do encerramento da empresa mais de 55 anos de idade (41,7% dos 115 participantes desta investigação), e encaravam a possibilidade de reforma antecipada ou de gerirem o tempo até à reforma com o rendimento decorrente da indemnização recebida pois as suas perspetivas de regresso ao mercado de trabalho eram muito baixas.

Com efeito, os discursos dos participantes – sobretudo mais velhos – evidenciam uma particular preocupação com o futuro. Um dos participantes refere que eram “todos mais velhos no (seu) sector.” (participante 2) e que ao longo desses dias nos ENVC “conversávamos muito e pensávamos... os mais novos pensavam fazer outras coisas, os mais velhos era.. ‘sou novo para me reformar, sou velho para trabalhar... vou ver se aguento aqui mais uns três ou quatro aninhos’..” (participante 2) pois “(...) tenho X anos de um lado, mais três anos de desemprego, mais X anos ... vai ter à reforma. Era assim que eu, que o pessoal da minha idade, pensávamos assim. (participante 1)

De facto, “muita gente já não era nova e pensavam muito no que havia de ser, no que havia de vir.” (participante 2) pois sentiam que, com a sua idade e nível de especialização, não seria fácil reingressar no mercado de trabalho. As preocupações com as perspetivas de reingresso no mercado de trabalho eram evidentes, pelo que se depreende que a fase da vida ativa em que foi vivido o momento da perda de emprego parece ter uma influência significativa nas representações individuais desta experiência. Nas suas palavras:

É diferente porque aos mais velhos é difícil voltar a trabalhar, porque com 52 anos, 53, 54, 50, 48 daí para baixo, ficar desempregado é perigoso, porque já não se arranja trabalho, já não

se tem lugar no mercado de trabalho. É velho para trabalhar e novo para reformar! É o mal disto. (participante 3)

Acha que alguém com 40 anos, 50 anos, agora consegue arranjar trabalho? Não, os mais velhos se ficarem desempregados com essa idade nunca mais arranjam emprego fixo, ou muito raramente. Arranjam trabalhinhos e se conseguirem! É triste, mas é a realidade em que vivemos, em que já se vive e em que poderá continuar a viver cada vez mais. (participante 4)

No entender dos participantes, os mais velhos experienciam dificuldades acrescidas em termos da procura de emprego, sobretudo em termos da discriminação sentida por parte dos potenciais empregadores e dos rendimentos a auferir ao *reiniciar* a carreira numa nova entidade empregadora. Estas considerações são visíveis nos extratos seguintes: “Claro que agora uma pessoa quer pedir trabalho, um emprego, já não aceitam aquelas pessoas já de idade. Querem pessoas mais jovens” (participante 5); “A idade já é preocupante, que depois até mesmo para arranjarmos trabalho, ninguém nos dá. Ninguém nos dá trabalho. Mandar currículos para fábricas e tudo e diziam-me ‘ai, já tem 45 anos’, já... era difícil” (participante 10); “(...) são duas coisas, é a idade, os 50 e tal anos que pesam, (e o emprego) mal pago nas mesmas situações que iam antigamente (...) porque se vai trabalhar a ganhar 600 e ganhava 1000 (...). Portanto faz muita diferença.” (participante 1)

Salientam, no entanto, que esta visão do mercado face aos trabalhadores mais velhos não faz sentido pois “quando (os patrões) dizem ‘ai porque tem 45 anos já não queremos’(...) esquecem-se que essa pessoa tem muita experiência e é uma pessoa que está ali a sério todos os dias, não é? Não falha.” (participante 10). Isto é, entende-se que a idade é, não um entrave ou limitação, mas uma mais-valia para o potencial empregador pois os trabalhadores mais velhos têm, no entender do participante, mais experiência profissional e um maior sentido de compromisso para com a entidade.

De facto, no presente estudo a idade surgiu associada aos efeitos mais adversos relativamente à probabilidade de reingresso no mercado de trabalho, sendo que o grupo de desempregados coincidiu globalmente com o grupo de indivíduos com 55 ou mais anos. Quando analisada a relação entre os grupos de idade (tomada em consideração no momento da perda de emprego) e a situação face ao mercado de trabalho (no momento da recolha de dados observou-se uma associação significativa,  $\chi^2(1) = 44,468$ ,  $p = ,000$ , de forte intensidade (V de Cramer = ,622). Conforme se pode verificar no quadro 2, enquanto no grupo dos participantes mais jovens a maioria se encontrava, no momento da recolha de dados, empregada (88,1%), no grupo dos ex-trabalhadores mais velhos a maioria encontrava-se desempregada (73,2%).

**Quadro 2. Relação entre a idade e a situação profissional actual ( $\chi^2$ )**

	Situação profissional actual				$\chi^2$
	Empregados		Desempregados		
	n = 59		n = 56		
	n	%	n	%	
Mais Jovens	52	88,1	15	26,8	44,468***
Mais Velhos (+55 anos)	7	11,9	41	73,2	

No sentido de procurar prever a situação face ao mercado de trabalho em função de uma série de indicadores de natureza individual e contextual, recorreu-se à regressão logística. Recorrendo ao método Forward:LR (quadro 3), o

modelo ajustado revelou-se estatisticamente significativo ( $G^2(1) = 57,206$ ;  $p = ,000$ ;  $X^2_{Wald}(8) = 12,462$ ;  $p = ,132$ ;  $R^2_{CS} = ,400$ ;  $R^2_N = ,534$ ) apenas com a variável Idade ( $b_{Idade} = ,186$ ;  $X^2_{Wald}(1) = 30,180$ ;  $p = ,000$ ;  $OR = 1,204$ ).

**Quadro 3. Coeficientes Logit do modelo de regressão logística da situação profissional (Método Forward:LR)**

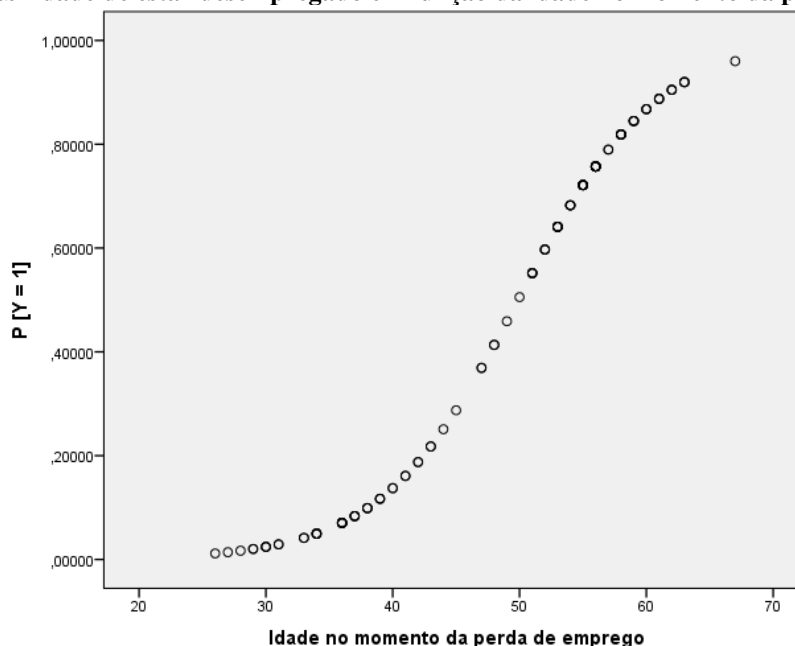
Variáveis	B	S. E.	X <sup>2</sup> Wald	df	p-value	Exp(B)	I.C. a 95% para Exp(B)
Idade no momento da perda de emprego	0,186	0,034	30,180	1	0,000	1,204	]1,127; 1,287[
Constant	-9,271	1,753	27,973	1	0,000	0,000	

As funções de probabilidade de estar desempregado em função desta variável são ilustradas na Figura 1. A observação da mesma e do quadro 3 permite perceber que a probabilidade de estar desempregado ( $Y = 1$ ) aumenta exponencialmente com o aumento da idade (o rácio das chances de estar desempregado relativamente a estar empregado aumenta 20% por cada ano de vida).

A percentagem de classificações corretas é de 72%. Este valor é consideravelmente superior à percentagem proporcional de classi-

ficações corretas por acaso (48%) demonstrando a utilidade do modelo para classificar novas observações. O modelo ajustado apresenta ainda elevada sensibilidade (96,3%) e especificidade (50%) bem como uma capacidade discriminante excelente ( $AUC = ,886$ ;  $p = ,000$ ). Com base neste indicador verificamos ainda a relação entre a idade no momento da perda de emprego e a duração do desemprego, tendo-se observado uma associação positiva e estatisticamente significativa ( $r = ,535$ ,  $p = ,000$ ).

**Figura 1. Probabilidade de estar desempregado em função da idade no momento da perda de emprego**



Quando analisados os perfis de duração do desemprego em função dos grupos de idade (Quadro 4) verifica-se ainda que de uma forma geral os mais jovens tiveram experiências de

desemprego mais curtas (até um ano; 52,9%) e os mais velhos, experiências de desemprego de muito longa duração (mais de 25 meses; 81,3%).

**Quadro 4. Perfis de duração do desemprego por grupos de idade**

Duração do desemprego	<35 anos n = 17		35-44 anos n = 26		45-54 anos n = 23		>55 anos n = 48	
	n	%	N	%	n	%	n	%
Até 11 meses	9	52,9	16	61,5	10	43,5	1	2,1
Entre 12 a 24 meses (longa duração)	3	17,6	8	30,8	4	17,4	8	16,7
Mais de 25 meses (muito longa duração)	5	29,4	2	7,7	9	39,1	39	81,3

Por fim, no sentido de identificar qual ou quais das variáveis sob estudo permitiriam discriminar significativamente os três perfis de desemprego definidos (até 11 meses, de 12 a 24 meses – desemprego de longa duração e mais de 25 meses – desemprego de muito longa duração) recorreu-se ainda à Análise Discriminante *stepwise* com o método do  $\Lambda$  de Wilks. De acordo com o teste M de Box, o pressuposto da homogeneidade das matrizes de variâncias-co-variâncias é válido ( $M=12,9$ ;  $F(6; 50368,386) = 2,099$ ;  $p = ,050$ ). Recorreu-se ainda à Análise Confirmatória com validação cruzada para a

obtenção de funções de classificação que permitam prever em que perfil de desemprego se podem classificar novos casos.

A Análise Discriminante *stepwise* extraiu duas funções discriminantes, retendo como estatisticamente significativas as variáveis Idade no momento da perda de emprego e Duração do vínculo laboral aos ENVC. O Quadro 5 apresenta os coeficientes estandardizados destas variáveis nas funções discriminantes, a significância de cada uma destas funções e a percentagem de variância entre os grupos explicada pelas funções discriminantes.

**Quadro 5. Coeficientes estandardizados das variáveis com poder discriminante, a percentagem de variância entre os grupos explicada pelas 2 funções discriminantes extraídas e significância das funções discriminantes**

Variáveis	Coeficientes nas Funções Discriminantes	
	1	2
Idade no momento da perda de emprego	0,211	1,752
Duração do vínculo laboral aos ENVC	0,819	-1,563
<i>Eigenvalue</i>	0,522	0,071
Variância explicada	88,0	12,0
<i>p-value</i>	0,000	0,006

A função 1 é essencialmente definida pela variável Idade no momento da perda de emprego e pela Duração do vínculo laboral aos ENVC explicando 88% da variabilidade entre os grupos. Esta função discrimina significativamente os três grupos ( $\Lambda = ,613$ ;  $X^2(4) = 53,528$ ;  $p = ,000$ ). A segunda função, ainda que significativa, explica somente 12% da variabilidade

entre os grupos ( $\Lambda = ,933$ ;  $X^2(1) = 7,546$ ;  $p = 0,006$ ).

O quadro 6 apresenta as estatísticas de classificação com as respetivas funções de classificação. Usaram-se simultaneamente as funções de classificação originais e as funções de classificação obtidas removendo da análise o caso que se pretende classificar (estratégia jackknife).

**Quadro 6. Resultados da classificação e funções classificatórias usadas**

		Grupo Original	Até 11 meses	Entre 12 a 24 meses	Mais de 25 meses	Total
<b>Original</b>	<b>n (%)</b>	Até 11 meses	19 (66,7)	2 (5,6)	10 (27,8)	36
		Entre 12 a 24 meses	9 (39,1)	4 (17,4)	10 (43,5)	23
		Mais de 25 meses	6 (10,9)	1 (1,8)	48 (87,3)	55
<b>Validação cruzada</b>	<b>n (%)</b>	Até 11 meses	23 (63,9)	2 (5,6)	11 (30,6)	36
		Entre 12 a 24 meses	10 (43,5)	3 (13,0)	10 (43,5)	23
		Mais de 25 meses	7 (12,7)	2 (3,6)	46 (83,6)	55

Funções de classificação:

Grupo até 11 meses = 1,010 Idade no momento da perda de emprego; -,553 Duração do vínculo contratual aos ENVC; -16,425

Grupo entre 12 a 24 meses = 1,162 Idade no momento da perda de emprego; -,648 Duração do vínculo contratual aos ENVC; -21,571

Grupo Mais de 25 meses = 1,088 Idade no momento da perda de emprego; -,465 Duração do vínculo contratual aos ENVC; -22,075

A percentagem de indivíduos classificados corretamente com a classificação original foi de 67%. Contudo, na validação cruzada (em que cada caso é classificado com as funções de classificação deduzidas sem esse caso) foram classificados corretamente 63% dos indivíduos.

## 5. DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

O desemprego continua a ser um dos maiores desafios das sociedades industrializadas. Para além das repercussões económicas e sociais, as questões relativas à experiência individual de desemprego têm atraído, recentemente, uma atenção crescente. Todavia, ainda que sejam já vários os estudos que documentam os efeitos prejudiciais do desemprego para o bem-estar individual, pouco se sabe ainda acerca das características individuais e contextuais que se podem assumir como recursos ou constrangimentos para a vivência da situação de desemprego (Bauman, 2015a, 2015b).

Do ponto de vista histórico, tem-se observado que o aumento das taxas de desemprego agrava drasticamente as dificuldades e desigualdades sociais existentes (Wanberg, 2012), tal como aconteceu nos EUA na sequência da Grande Depressão dos anos 30 ou na Europa em consequência da crise financeira pós-2007, com taxas de desemprego que atingiram em 2013 os 27,5% na Grécia, 26,1% em Espanha e 16,2% em Portugal, quando a taxa na UE-28 era, à época, de 10,8% (Pordata, 2018b). Não é, portanto, surpreendente que o desemprego seja

alvo de intensa investigação a partir de várias disciplinas científicas e sob diferentes perspetivas. De uma forma geral, a investigação tem-se centrado ora sobre as razões e determinantes do desemprego, ora sobre as consequências do mesmo, sendo mais recente o foco nas consequências individuais do desemprego. Com esse foco tem sido abordado sobretudo no âmbito das ciências sociais e do comportamento e, em particular, em termos da experiência subjetiva do desemprego (Caleiras, 2008). Partindo de contribuições basilares neste domínio de investigação (e.g., Jahoda publicou em 1972 o estudo pioneiro de Marienthal que refletiu sobre a experiência pessoal de desemprego numa pequena cidade alemã), alguns dos estudos mais recentes têm-se centrado nas consequências individuais do desemprego (Nordenmark & Strandh, 1999; Lucas, Clark, Yannis & Diener, 2004; McKee-Ryan, Song, Wanberg, & Kinicki 2005; Oesch & Lipps, 2012; Wanberg, 2012; Milner, Page & LaMontagne, 2014).

Entendemos, por isso, nuclear analisar mais profundamente a experiência individual de desemprego involuntário dos ex-trabalhadores dos ENVC à luz do contexto geográfico e socioeconómico da região para que, partindo da sua compreensão, se possa sugerir uma maior adequação das políticas sociais de matriz territorial.

Nesta linha, importa referir que atendendo ao contexto geográfico de Viana do Castelo, uma cidade do norte do país com 24 km de orla costeira, as suas dimensões social e económica desde cedo estiveram associadas ao mar. O

oceanos Atlântico e o rio Lima assumiram-se como motores do protagonismo económico que este território urbano foi adquirindo desde a sua fundação, também pela ligação intra-peninsular e europeia. Ainda hoje a cidade “segue intimamente ligada ao mar” e a economia continua a apoiar-se na indústria do mar e no turismo (Cardona, 2011, p. 152). Desde 1944, ano de fundação dos ENVC, que a cidade ‘vive’ com esta empresa (Ramos, 2016, p. 6) e que na década de 70 empregava mais de 2.500 pessoas (Brito, 2011). Entende-se assim que o encerramento dos ENVC e o despedimento coletivo que daí resultou foi naturalmente um evento sentido com grande pesar e que assumiu alguma magnitude na região.

Para além disso, desde 2008 que Portugal registava taxas de desemprego crescentes e nunca observadas. Entre 2012 e 2013 foram inclusivamente atingidos picos de desemprego. Não fosse este cenário já gravoso do ponto de vista das perspetivas de reingresso no mercado de trabalho, observa-se ainda que a indústria da construção e reparação naval em Portugal tem vindo a perder lugar no Mercado face às indústrias asiáticas (Brito, 2011).

Assim, procurando olhar o desemprego não como um fenómeno macrossocial e homogéneo, mas como uma experiência individual, vivida no seguimento particular de cada uma das vidas e num contexto/espaco específico, verificamos que o desemprego é um dos eventos mais *stressantes* da vida adulta (Paul & Moser, 2009), não se restringindo os seus efeitos à dimensão profissional. Antes, se estendem a outros domínios da vida individual e coletiva colocando por vezes em causa projetos de vida e perspetivas de futuro. As vidas duras de trabalho dos ex-trabalhadores dos ENVC deram lugar, não raras vezes, a vidas comprometidas pelo desemprego.

Atendendo ao *outcome* analisado na presente investigação (empregado vs. desempregado) observam-se dois grupos principais, isto é, passados cerca de 2 anos após a perda de emprego, 59 indivíduos (51%) encontram-se empregados e 56 (49%) desempregados o que sugere que alguns dos ex-trabalhadores dos ENVC experienciaram uma transição mais suave após o encerramento da empresa e outros, efeitos mais severos. Observa-se deste modo uma polarização em termos da situação face ao mercado de trabalho.

Relativamente ao primeiro grupo, os indivíduos entrevistados referem que as suas rotinas de vida diária se mantiveram muito semelhantes

àquelas que tinham aquando colaboradores dos ENVC. Com efeito, este grupo de indivíduos, que compõe um pouco mais de metade da amostra quantitativa da presente investigação, tem uma média de idades de 41,39 anos ( $dp=9,38$ ) e escolaridade predominante ao nível do ensino secundário (42,4%). A maior parte deste grupo de indivíduos conta com outras experiências profissionais para além dos ENVC e inclusivamente com algumas experiências prévias de desemprego, tendo o vínculo com os ENVC uma duração média de 18,38 anos. Após cerca de 10,53 meses ( $dp=8,27$ ) de desemprego, mais de dois terços deste grupo (66,1%) integraram a *West Sea - Estaleiros Navais, Lda* e os restantes por outras entidades. Estas novas contratações decorreram sobretudo ainda no ano de 2014 (45,6%), tendo sido maioritariamente formalizadas enquanto contratos a tempo indeterminado (50%) ou contratos a termo certo (29,3%).

Por sua vez, o grupo de participantes que permanecia desempregado parecia acumular uma série de desvantagens que os colocavam numa situação de vulnerabilidade social aumentada. De facto, estes indivíduos perderam o emprego quando tinham cerca de 55 anos. Essa idade, do ponto de vista do mercado de trabalho, é altamente estigmatizante. Com efeito, diversas publicações demonstram que a taxa de reingresso no mercado de trabalho diminui consideravelmente aos 55 anos (Chan & Stevens, 2001; Farber, 2005; Centeno et al., 2008; Jolkkonen et al., 2012) e que os trabalhadores mais velhos tendem a experienciar períodos de desemprego maiores do que os trabalhadores mais jovens (Flückiger, 2002). No presente estudo, esta tendência observou-se de forma muito clara uma vez que este grupo de participantes, permanecendo desempregados até ao momento da recolha de dados, registavam maioritariamente situações de desemprego de longa duração (16,7%) e de muito longa duração (81,3%;  $M=29,05$  meses;  $dp=7,51$ ). Observou-se inclusivamente uma associação positiva e estatisticamente significativa entre a idade no momento da perda de emprego e a duração do desemprego ( $r = ,535$ ,  $p = ,000$ ) e, do ponto de vista dos trabalhadores, uma perceção clara de que a idade condiciona as suas perspetivas de reingresso no mercado de trabalho.

Com efeito, o grupo de indivíduos desempregados no momento da recolha de dados coincidia quase na totalidade com o grupo de indivíduos com 55 ou mais anos aquando da perda de emprego (73,2% dos inquiridos partilham

estas duas condições) o que, aliado ao facto de na regressão logística efetuada a probabilidade de estar desempregado aumentar 20% por cada ano de vida, sugere que este sub-grupo de indivíduos se encontra claramente numa situação de vulnerabilidade acrescida.

Sendo particularmente relevante atender a este aspeto para compreender a experiência de desemprego dos ex-trabalhadores dos ENVC, é também fundamental ter em mente que esta variável tem o efeito mais adverso em termos das perspetivas de reingresso no mercado de trabalho, pelo que exigirá das políticas sociais de apoio uma adequação em conformidade. Além disso, este resultado adquire ainda maior relevância quando a literatura nacional e internacional aponta no mesmo sentido. Jolkkonen e colaboradores (2012) verificaram aliás que, entre diversos aspetos, a idade era o fator com o peso mais decisivo em termos das perspetivas de reingresso no mercado de trabalho e que os indivíduos mais velhos possuíam cerca de um terço da probabilidade de reemprego do que os trabalhadores mais jovens.

É fundamental, portanto, procurar compreender como os indivíduos vivem as suas ‘vidas em mudança’ em contextos cada vez mais instáveis, conscientes de que aqueles com ‘fracos recursos’ vivenciam a condição de desemprego com uma carga dramática mais intensa do que os que possuem recursos mais fortes e diversificados (Araújo, 2006). E, neste sentido, cabe às políticas sociais assegurar que trajetórias de vida desfavorecidas, muitas vezes iniciadas na família, continuadas na escola e reforçadas depois no mercado de trabalho, não são agravadas através da debilidade, insuficiência ou inadequação dos mecanismos públicos de proteção. Estes devem, sim, promover uma verdadeira equidade de oportunidades entre os cidadãos no sentido do bem-estar individual e societal e, por essa mesma razão, não devem possuir características universais, ou seja, devem ser moldáveis o suficiente para se ajustarem às necessidades dos indivíduos desempregados. Se as experiências de desemprego são plurais, as políticas sociais de emprego também o devem ser, sendo por exemplo reforçada esta diversidade ao nível das medidas programáticas de matriz local/regional.

Deste modo, conscientes de que o desemprego é um fenómeno heterogéneo, verificamos que se tem mostrado particularmente gravoso para os indivíduos mais velhos. Estes acumulam habitualmente uma série de elementos in-

trínsecos de vulnerabilidade associados à idade, tais como baixos níveis de escolaridade, sobre-especialização, longos vínculos com uma mesma entidade laboral aos quais se juntam não raras vezes fatores de vulnerabilidade extrínsecos – taxas de desemprego elevadas, estagnação do mercado de trabalho, discriminação etária por parte das entidades empregadoras, políticas sociais de emprego insuficientes e/ou desadequadas. Neste sentido, Schroder (2011, 2013) considera fundamental reforçar a capacidade das políticas sociais de emprego para prevenir e/ou minimizarem as dificuldades dos indivíduos, particularmente daqueles que se encontram em situação de especial fragilidade. O Estado de Bem-estar precisa reajustar-se à realidade das sociedades desenvolvidas atuais e revestir-se de estratégias de intervenção inovadoras que satisfaçam efetivamente as (diversas) necessidades dos indivíduos desempregados e reforcem as suas características de empregabilidade – atendendo às suas características individuais e contextuais, num registo integrado.

Na linha do que tem vindo a ser sugerido a nível nacional e internacional, os resultados do presente estudo reforçam a importância deste esforço de adequação e inovação. Considera-se nuclear promover a investigação, a discussão e a reflexão acerca da relação emprego-desemprego e das variáveis que podem interferir no modo como cada um experiencia a situação, bem como o enfoque na preservação e rentabilização do capital humano. Em jogo está não só o bem-estar dos indivíduos desempregados, das suas famílias e da sociedade como um todo, como também o futuro do próprio Estado Social pois estamos perante uma sociedade cada vez mais envelhecida, mais qualificada e detentora de competências a quem se precisam garantir condições de usufruto de uma vida com bem-estar.

Sendo o desemprego uma categoria macro definida pela inter-relação entre múltiplas dimensões (Caleiras, 2008), exige naturalmente uma atuação integrada e intersectorial, pelo que se considera que as políticas sociais de emprego requerem não só um maior nível de flexibilidade, como o desenvolvimento de modelos de matriz territorial que potenciem a participação de diversos atores – nomeadamente da sociedade civil, mercado e Estado – para os distintos níveis de *governance*.

É certo que a relação emprego-desemprego será cada vez mais fluída e as transições mais frequentes, assim como que a vivência do

desemprego continuará a ser heterogénea e vestida de dificuldades, mas valerá sempre a pena tentar minimizá-las na procura de um

mundo mais justo e livre para todos. É disso que trata o Estado Social e a Política Social.

## BIBLIOGRAFIA

Almeida, J., Santos, E., Albuquerque, C. & Ferreira, J. (2013), “Desemprego e empreendedorismo: da ambiguidade da relação conceitual à eficácia das práticas de intervenção social”, *Plural*, Vol. 20, nº 1, pp. 31-56.

Appelqvist, J. (2007), “Wage and Earnings Losses of Displaced Workers in Finland”, Discussion Papers 422, VATT Institute for Economic Research.

Araújo, P. (2006), “Desemprego de meia-idade e mediadores de compensação: O Estado social como último reduto”, *Centro de Estudos Sociais*, Vol. 260.

Baumann, I. (2015a), “Decreased well-being after job loss: testing omitted causes”, *LIVES Working Papers*, Vol. 36, pp. 1-33. doi:10.12682/lives.2296-1658.2015.36

Baumann, I. (2015b), “Labor market experience and well-being after firm closure: Survey evidence on displaced manufacturing workers in Switzerland (Thèse de Doctorat), Faculté des Sciences Sociales et Politiques, l'Université de Lausanne, Lausanne, Suisse.

Brito, V. G. (2011), “Construção naval: Portugal passou de 26 mil trabalhadores para um milhar em 40 anos”. Retirado de <https://www.publico.pt/2011/07/24/economia/noticia/construcao-naval-portugal-passou-de-26-mil-trabalhadores-para-um-milhar-em-40-anos-1504486>

Brugianvini, A., Padula, M., Pasini, G., & Peracchi, F. (2011), “Labour mobility and retirement” in Börsch-Supan, A., Brandt, M., Hank, K., & Schröder, M. (Eds.), *The individual and the welfare state: Life histories in Europe*, Heidelberg, Springer, pp. 125-136.

Caleiras, J. (2008), “Do desemprego à pobreza? Trajectórias, experiências e enfrentamentos”, *E-cadernos CES*, Vol. 2. Retirado de <<https://eces.revues.org/1472>>.

Cardona, P. (2011), “Viana do Castelo: uma cidade, um rio e o mar, interpretação das dinâmicas urbanas”, *Actas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente*, 151-164.

Carmo, H., & Ferreira, M. (2008), “Metodologia da investigação: Guia para auto-aprendizagem”. Lisboa, Universidade Aberta.

Cavanaugh, J., & Blanchard-Fields, F. (2006), “Adult development and aging”, USA, Thomson Wadsworth.

Centeno, L., Centeno, M., & Novo, Á. (2008), “Evaluating job search programs for old and young individuals: heterogeneous impact on unemployment duration”, *Working Papers*, Nº 6. Lisboa: Banco de Portugal.

Cha, Y., & Morgan, S. (2010), “Structural earnings losses and between-industry mobility of displaced workers, 2003-2008”, *Social Science Research*, Vol. 39, pp. 1137-1152.

Chan, S., & Stevens, A. H. (2001), “Job loss and employment patterns of older workers”, *Journal of Labor Economics*, Vol. 19, pp. 484-521.

Clemens, T., Boyle, P., & Popham, F. (2009), “Unemployment, mortality and the problem of healthrelated selection: evidence from the Scottish and England & Wales (ONS) Longitudinal Studies”, *Health Statistics Quarterly*, Vol. 43, pp. 7-13.

Creed, P. A., & Watson, T. (2003), “Age, Gender, Psychological Wellbeing and the Impact of Losing the Latent and Manifest Benefits of Employment in Unemployed People”, *Australian Journal of Psychology*, Vol. 55, nº 2, pp. 95-103.

Creswell, J. W. (2013), “Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches”, London, SAGE Publishing.

Daniel, K., & Heywood, J. S. (2007), “The determinants of hiring older workers: UK evidence”, *Labour Economics*, Vol. 14, pp. 35-51.

Desmet, R., Jousten, A., & Perelman, S. (2005), “The benefits of separating early retirees from the unemployed: simulation results for belgian wage earners”, Discussion Paper No.5077.

Diener, E., Emmons, R. A., Larsen, R. J., Griffin, S. (1985), “The satisfaction with life scale”, *Journal of Personality Assessment*, Vol. 49, nº 1, pp. 71-75.

Dorn, D., & Sousa-Poza, A. (2010), “'Voluntary' and 'involuntary' early retirement: an international analysis”, *Applied Economics*, Vol. 42, nº 4, pp. 427-443.



Drury, E. (1993), "Age Discrimination against Older Workers in the European Community", Bruxelas, Eurolink-Age.

Duarte, A. (1998), "Vivências de desemprego e transformações dos modos de vida dos operários mineiros", *Sociologia*, Vol. 8, pp. 247-317.

Eliason, M. (2011), "Income after job loss: The role of the family and the welfare state", *Applied Economics*, Vol. 43, nº 5, pp. 603-618.

Eliason, M., & Storrie, D. (2003), "The Echo of Job Displacement", William Davidson Institute Working Paper No. 618. Retirado de [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=455420](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=455420)

Esparbès, S., Sordes-Ader, F., & Tap, P. (1993), "Presentación de l'echelle de coping", *Actes de las Journées du Laboratoire Personnalisation et Changements Sociaux: Saint Crique*: Université de Toulouse-Le Mirail, 89-107

Fallick, B. C. (1993), "The industrial mobility of displaced workers", *Journal of Labor Economics*, Vol. 11, pp. 302-323.

Farber, H. (2005), "Is tomorrow another day? The labor supply of New York City cabdrivers", *Journal of Political Economy*, Vol. 113, nº1, pp. 46-82.

Fernandes, A. (2007), "Envelhecimento e perspectivas de criação de emprego e necessidades de formação para a qualificação de recursos humanos", IEFP.

Flückiger, Y. (2002), *Le chômage en Suisse: Causes, évolution et efficacité des mesures actives*", *Aspects de La Sécurité Sociale*, Vol. 4, pp. 11-21.

Gallie, D. & Paugam, S. (2000), "Welfare Regimes and the Experience of Unemployment in Europe", Oxford, Oxford University Press.

Gallie, D. & Paugam, S. (2002), "Social Precarity and Social Integration", Eurobarometer 56.1. Relatório à Comissão Europeia, Direcção-Geral de Emprego. EORG: Bruxelas.

Góis, C. (2012). *A europeização das políticas de emprego: impactos e implicações no caso português* (Dissertação de Doutoramento), Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal.

Gonçalves, R. (2019), "Experiências de desemprego involuntário: O caso dos ex-trabalhadores dos Estaleiros de Construção Naval de Viana do Castelo". Saarbrücken, Novas Edições Académicas. ISBN: 978-613-9-75034-4

Hardt, J. & Rutter, M. (2004), "Validity of adult retrospective reports of adverse childhood experiences: review of the evidence", *Journal of*

*Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, Vol. 45, nº (2), pp. 260-273.

Heponiemi, T., Elovainio, M., Manderbacka, K., Aalto, A. M., Kivimäki, M. & Keskinäki, I. (2007), "Relationship between unemployment and health among health care professionals: health selection or health effect?", *Journal of Psychosomatic Research*, Vol. 63, nº 4, pp. 425-431.

Hespanha, P., & Carapinheiro, G. (2001), "Risco social e incerteza: pode o Estado Social recuar mais?", Porto, Afrontamento.

Hutchison, E. D. (2010), "A life course perspective" in Hutchison, E. D. (Ed.), *Dimensions of human behavior: the changing life course*, Los Angeles, Sage Publications, pp. 1-38.

Ichino, A., Schwerdt, G., Winter-Ebmer, R., & Zweimüller, J. (2007), "Too old to work, too old to retire?", CESifo Working Paper No. 2118.

INE (2011), "Censos 2011: Resultados definitivos", Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Instituto Nacional de Estatística (2017), "Projeções de População Residente em Portugal", Retirado de [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destques&DESTAQUESdest\\_boui=277695619&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destques&DESTAQUESdest_boui=277695619&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt)

Jackson, M., Goldthorpe, J., & Mills, C. (2005), "Education, employers and class mobility", *Research in Social Stratification and Mobility*, Vol. 23, pp. 3-33.

Jahoda, M. (1972), "The sociology of an unemployed community: Marienthal", London, Tavistock.

Jolkkonen, A., Koistinen, P., & Kurvinen, A. (2012), "Reemployment of displaced workers - The case of a plant closing on a remote region in Finland", *Nordic Journal of Working Life Studies*, Vol. 2, nº 1, pp. 81-100.

Kenny, B., & Rossiter, I. (2018), "Transitioning from unemployment to self-employment for over 50s", *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, Vol. 24, nº 1, pp. 234-255. <https://doi.org/10.1108/IJEBR-01-2017-0004>

Kletzer, L. G. (2001), "Job loss, from imports: measuring the costs", Washington, DC: Institute for International Economics.

Kletzer, L. G., & Fairlie, R. W. (2003), "The long-term costs of job displacement for young adult workers", *Industrial and Labor Relations Review*, Vol. 56, nº 4, pp. 682-698.

Kunz, J. (2004), "Unemployment and em-

ployment policy at local level: a comparative case study (PhD thesis) University of Tampere, Finland.

Lindström, M., Ali, S. M., & Rosvall, M. (2012), "Socioeconomic status, labour market connection, and self-rated psychological health: The role of social capital and economic stress", *Scandinavian Journal of Public Health*, Vol. 40, pp. 51-60.

Lucas, R., Clark, A., Yannis, G., & Diener, E. (2004), "Unemployment alters the set point for life satisfaction", *Psychological science*, Vol. 15, pp. 8-13. 10.1111/j.0963-7214.2004.01501002.x.

Marçano, I. (2013), "Trabalho e vidas. Práticas sociais e vivência subjectivas no desemprego" (Tese de Doutoramento), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Marôco, J. (2014), "Análise estatística com o SPSS Statistics (6ª ed)", Pêro Pinheiro, ReportedNumber.

McKee-Ryan, F. M., Song, Z., Wanberg, C. R., & Kinicki, A. J. (2005), "Psychological and physical well-being during unemployment: A meta-analytic study", *Journal of Applied Psychology*, Vol. 90, nº 1, pp. 53-76. 10.1037/0021-9010.90.1.53

Milner, A., Page, A., & LaMontagne, A. (2014), "Cause and effect in studies on unemployment, mental health and suicide: A meta-analytic and conceptual review", *Psychological Medicine*, Vol. 44, nº 5, pp. 909-917. 10.1017/S0033291713001621

Neto, F., Barros, J., & Barros, A. (1990), "Satisfação com a vida" in Almeida, L., Santiago, R., Silva, P., Oliveira, L., Caetano, O., & Marques, J. (Eds.), *A ação educativa: análise psicossocial*, Leiria, ESEL/APPORT, pp.105-117.

Nordenmark, M., & Strandh, M. (1999), "Towards a sociological understanding of mental well-being among the unemployed: the role of economic and psychosocial factors", *Sociology*, Vol. 33, nº 3, pp. 577-597.

Oesch, D. (2013), "Occupational change in Europe. How technology and education transform the job structure", Oxford, Oxford University Press.

Oesch, D., & Lipps, O. (2012), "Does Unemployment Hurt Less if There is More of it Around? A Panel Analysis of Life Satisfaction in Germany and Switzerland", *European Sociological Review*, Vol. 29, nº 5, pp. 955-967. 10.1093/esr/jcs071

Oesch, D., & Menes, J. R. (2011), "Upgrading or polarization? Occupational change in Britain, Germany, Spain and Switzerland, 1990-2008", *Socio-Economic Review*, Vol. 9, nº 3, pp. 503-531.

Organização das Nações Unidas (2019), "United nations statistics division: demographic and social statistics", Retirado de <http://unstats.un.org/unsd/demographic/products>.

Paugam, S. (2003), "A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza", Porto, Porto Editora

Paul, K., & Moser, K. (2009), "Unemployment impairs mental health: meta-analyses", *Journal of Vocational Behavior*, Vol. 74, nº 3, pp. 264-282.

Pestana, N. (2003), "Trabalhadores mais velhos: Políticas públicas e práticas empresariais", Lisboa: Ministério da Segurança Social e do Trabalho.

Pordata (2018a), "Taxa de desemprego em Portugal e na UE28 entre 1986 e 2017", Retirado de <https://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico/5750539>

Pordata (2018b), "Taxa de desemprego, dos 15 aos 74 anos, na EU", Retirado de <https://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Tabela/5750581>

Pordata (2019), "Taxa de desemprego, dos 15 aos 74 anos: total e por sexo", Retirado de <https://www.pordata.pt/Europa/Taxa+de+desemprego++dos+15+aos+74+anos+total+e+por+sexo-1775>

Ramos, J. (2016), "A destruição do ecomuseu dos ENVC", Viana do Castelo, Edições à bolina.

Sauer, S. J., Thomas-Hunt, M. C., & Morris, P. A. (2010), "Too good to be true? The unintended signaling effects of educational prestige on external expectations of team performance", *Organization Science*, Vol. 21, nº 5, pp. 1108-1120.

Schroder, M. (2011) "Scar or blemish? Investigating the long term impact of involuntary job loss on health" in Boersch-Supan, A., Brandt, M., Hank, K., & Schroder, M. (Eds.), *The individual and the welfare state: Life histories in Europe*, Berlin, Springer, pp. 191-202.

Schroder, M. (2013), "Jobless now, sick later? Investigating the long-term consequences of involuntary job loss on health", *Advances in Life Course Research*, Vol. 18, nº 1, pp. 5-15.

Silva, M. L. (2012), "A crise, a família e a crise da família", Lisboa, Fundação Francisco

Manuel dos Santos.

Stenner, P., McFarquhar, T., & Bowling, A. (2011), "Older people and 'active ageing': Subjective aspects of ageing actively", *Journal of Health Psychology*, Vol. 16, nº 3, pp. 467 – 477.

Tap, P., Costa, E. S., & Alves, M. N. (2005), "Escala toulousiana de coping (ETC): Estudo de adaptação à população portuguesa", *Psicologia, Saúde & Doenças*, Vol. 6, nº 1, pp. 47-56.

Vasconcelos, P. (2005), "Redes sociais de apoio" in Wall, K. (Org.), *Famílias em Portugal: Percursos, interações, redes sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp.599-631.

Vaz Serra, A., Canavarro, M. C., Simões, M. R., Pereira, M., Gameiro, S., Quartilho, M. J., & Paredes, T. (2006), "Estudos psicométricos do

instrumento de avaliação da qualidade de vida da Organização Mundial de Saúde (WHOQOL-Bref) para Português de Portugal", *Psiquiatria Clínica*, Vol. 27, nº 1, pp. 41-49.

Wall, K. (2005), "Famílias em Portugal: Percursos, interações, redes sociais", Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Wanberg, C. R. (2012), "The Individual Experience of Unemployment", *Annual Review of Psychology*, Vol. 63, pp. 369-396.

Wrenn, K. A., & Maurer, T. J. (2004), "Beliefs about older workers' learning and development behavior in relation to beliefs about malleability of skills, age-related decline, and control", *Journal of Applied Social Psychology*, Vol. 34, nº 2, pp. 223-242.

